

Sumário

Palavras Prévias – 16ª edição	27
Apresentação	29
Prefácio.....	31
Capítulo I ► Introdução e Princípios Constitucionais do Direito das Famílias.....	33
1. As famílias	35
1.1 Modelando a importância e a feição das famílias	35
1.2 A evolução da compreensão jurídica e social da família e os seus referenciais contemporâneos.....	36
1.3 A fotografia contemporânea da família enquanto instituição jurídica e social (a família da pós-modernidade).....	38
1.4 Noções conceituais contemporâneas: a família como instrumento de proteção avançada da pessoa humana (visão civil-constitucional da família).....	41
2. O direito das famílias.....	44
2.1 Noções conceituais	44
2.2 Estrutura do Direito das Famílias.....	46
2.3 Objeto de estudo do Direito das Famílias.....	46
2.4 A natureza jurídica (enquadramento topológico) das normas do Direito das Famílias	47
2.5 A intervenção mínima do Estado nas relações familiares (o Direito das Famílias mínimo)...	48
2.6 A privacidade familiar	51
3. Importância e conteúdo atual do afeto como elemento estrutural da família contemporânea: postulado normativo aplicativo das normas.....	54
4. Fontes do direito das famílias	58
5. As garantias constitucionais das relações familiares (princípios constitucionais do direito das famílias e as suas tendências contemporâneas).....	60
5.1 A propalada bipartição das normas jurídicas: as regras e os princípios	60
5.2 A inexistência de hierarquia normativa entre princípios e regras.....	62
5.3 Os princípios e a técnica de ponderação de interesses (técnica de balanceamento) aplicada no Direito das Famílias	64
5.4 A aplicação das normas-regras e a excepcional possibilidade de utilização da técnica de derrotabilidade (superabilidade ou <i>defeasibility</i>) nos <i>extreme cases</i> (casos extremos)	67
5.5 A vinculação do tecido normativo do direito das famílias aos princípios constitucionais ...	73
5.6 As famílias na Constituição da República de 1988. e a cláusula geral de inclusão (a família eudemonista)	75
5.7 A não taxatividade do rol constitucional	77
5.8 Princípios constitucionais específicos do direito das famílias.....	78
5.8.1 Princípio da pluralidade das entidades familiares.....	78
5.8.2 Princípio da igualdade (isonomia) entre o homem e a mulher	99

5.8.3	Princípio da igualdade substancial entre os filhos.....	112
5.8.4	Princípio do planejamento familiar e da responsabilidade parental (o tratamento jurídico da alienação parental).....	113
5.8.5	Princípio da facilitação da dissolução do casamento.....	117
6.	A aplicação do Direito das Famílias e os desacordos morais razoáveis.....	119
7.	A aplicação da boa-fé objetiva nas relações familiares (o abuso do direito, o <i>venire contra factum proprium</i> e a <i>supressio/surrectio</i> nas relações familiares).....	121
7.1	A confiança como valor jurídico das relações privadas.....	121
7.2	A confiança nas relações patrimoniais de família: a boa-fé objetiva.....	123
7.3	Aplicação do <i>venire contra factum proprium</i> e da <i>supressio</i> e <i>surrectio</i> no âmbito das relações familiares.....	124
7.4	A confiança nas relações familiares pessoais: o afeto como valor jurídico tutelável (o afeto como postulado das relações familiares, e não como princípio).....	129
8.	A função social da família.....	133
9.	Responsabilidade civil nas relações de família e o cabimento das medidas de tutela específica, inclusive <i>astreintes</i>	135
10.	A perda de uma chance nas relações de família.....	142
11.	O procedimento especial dedicado às ações de família pelo Código de Processo Civil de 2015	145
11.1	O cabimento do procedimento especial das ações de família e as suas exceções	145
11.2	Ressuscitando da mansão dos mortos: a possibilidade de separação	148
11.3	Especificidade do procedimento especial das ações de família: a mediação familiar obrigatória.....	149
11.4	O <i>iter</i> procedimental das ações de família.....	154
11.5	A intervenção do Ministério Público	156
11.6	Indícios de abuso ou alienação parental.....	157
11.7	A questão da revelia nas ações de família	158
11.8	Os poderes do juiz nas ações de família.....	159
11.9	A incidência da teoria da carga probatória dinâmica nas ações de família e a distribuição do ônus da prova.....	160
11.10	A desconsideração da personalidade jurídica nas ações de família	162
11.11	A interdisciplinaridade (multiprofissionalidade) nas ações de família	167
11.12	A excepcional possibilidade de utilização de prova ilícita nas ações de família	169
11.13	Os negócios jurídicos processuais em ações de família	173
Capítulo II ► O Casamento (A Família Matrimonializada).....		175
1.	Uma visão constitucional do casamento.....	176
2.	Estrutura jurídica do casamento	178
2.1	Noções conceituais	178
2.2	Finalidades do casamento.....	182
2.3	Natureza jurídica do casamento	185
2.4	Características do casamento	186
2.5	Prova do casamento	189
2.6	Os esponsais (a promessa de casamento e os seus efeitos jurídicos).....	191
2.7	Agências de casamento (corretagem matrimonial).....	195
2.8	Modalidades de casamento e o modelo civil de casamento adotado pelo sistema brasileiro....	196

2.9	Impedimentos matrimoniais.....	200
2.9.1	Noções conceituais	200
2.9.2	Oposição dos impedimentos matrimoniais	201
2.9.3	Classificação dos impedimentos.....	204
2.9.4	Impedimentos resultantes do parentesco.....	205
2.9.5	Impedimento resultante de casamento anterior (proibição da bigamia).....	210
2.9.6	Impedimento resultante da prática de crime.....	211
2.10	Causas suspensivas matrimoniais	212
2.10.1	Noções conceituais	212
2.10.2	Oposição das causas suspensivas	214
2.10.3	Causas suspensivas fundadas na confusão patrimonial.....	215
2.10.4	Causas suspensivas fundadas em confusão de sangue (<i>turbatio sanguinis</i>).....	216
2.10.5	Causa suspensiva fundada em tutela ou curatela.....	216
2.10.6	Possibilidade de afastamento de causas suspensivas.....	217
2.11	A habilitação para o casamento	218
2.11.1	Lineamentos gerais sobre a habilitação para o casamento.....	218
2.11.2	A capacidade para o casamento, a impossibilidade de suprimento judicial de idade e a possibilidade de suprimento judicial do consentimento dos pais	219
2.11.3	O novo (e simplificado) procedimento de habilitação e as suas diferentes fases.....	223
2.12	Casamento de militares.....	228
2.13	Casamento dos servidores do Serviço Exterior Brasileiro	229
2.14	Contrato de emprego entre cônjuges.....	230
3.	Existência, validade e eficácia do casamento	230
3.1	Os planos do mundo jurídico aplicáveis ao casamento	230
3.2	A existência do casamento	232
3.3	A validade do casamento	236
3.3.1	Generalidades	236
3.3.2	O casamento nulo (invalidade absoluta).....	238
3.3.3	O casamento anulável (invalidade relativa)	242
3.3.4	Anulabilidade por erro essencial sobre a pessoa do cônjuge.....	251
3.3.5	Quadro comparativo das características do casamento nulo e do anulável.....	254
3.3.6	O casamento putativo	255
4.	Celebração do casamento	257
4.1	Noções gerais.....	257
4.2	Formalidades da celebração.....	259
4.3	O momento da celebração	260
4.4	O casamento consular	262
4.5	O casamento religioso com efeitos civis posteriores.....	263
4.6	Conversão da união estável em casamento.....	266
4.7	Formas excepcionais de casamento: o casamento em iminente risco de vida e o casamento nuncupativo.....	268
5.	Efeitos jurídicos decorrentes do casamento.....	272
5.1	Generalidades	272
5.2	Efeitos sociais	273

5.3	Efeitos pessoais.....	276
5.3.1	Noções gerais.....	276
5.3.2	A possibilidade de acréscimo do sobrenome do cônjuge.....	278
5.3.3	Fixação do domicílio conjugal.....	282
5.3.4	Os direitos e deveres recíprocos.....	283
5.4	Efeitos patrimoniais.....	289
5.5	A não fluência de prazo prescricional entre cônjuges na constância do casamento e a possibilidade de usucapião conjugal (usucapião por abandono de lar).....	291
5.6	As relações jurídicas entre os cônjuges-empresários.....	296
Capítulo III ► O Regime de Bens do Casamento.....		299
1.	O regime de bens em perspectiva civil-constitucional.....	299
1.1	Os efeitos econômicos dentre as múltiplas consequências decorrentes do casamento.....	299
1.2	Os efeitos econômicos do casamento e a possibilidade de controle através do regime de bens: o estatuto patrimonial do casamento.....	301
1.3	A teoria do patrimônio mínimo da pessoa humana aplicada nas relações econômicas matrimoniais: o regime de bens à luz da normatividade constitucional.....	303
1.4	A teoria da análise econômica do Direito aplicável ao regime patrimonial das relações afetivas.....	306
1.5	A incidência da isonomia constitucional entre o homem e a mulher no regime de bens....	307
2.	Lineamentos sobre o regime de bens.....	309
2.1	Noções conceituais sobre o regime de bens.....	309
2.2	Princípios norteadores do regime de bens.....	310
2.2.1	Generalidades.....	310
2.2.2	O princípio da liberdade de escolha do regime de bens.....	310
2.2.3	O princípio da variedade dos regimes de bens.....	322
2.2.4	O princípio da mutabilidade motivada do regime de bens.....	323
2.3	Eficácia do regime de bens no casamento.....	333
2.4	Regime de bens na união estável.....	334
2.5	A possibilidade de utilização da teoria da desconsideração da personalidade jurídica nas questões atinentes ao regime de bens e o procedimento judicial previsto no Código de Processo Civil de 2015.....	336
3.	A administração de bens e a prática dos atos de disposição.....	341
3.1	A prática de atos jurídicos pelas pessoas casadas.....	341
3.2	Atos que independem do consentimento do consorte.....	342
3.3	A proteção dos terceiros de boa-fé.....	345
3.4	Atos que dependem do consentimento do cônjuge.....	346
3.4.1	A exigência de consentimento para determinados atos.....	346
3.4.2	(In)aplicabilidade da exigência de outorga do companheiro na união estável.....	350
3.4.3	Inaplicabilidade às pessoas casadas em regime de separação absoluta de bens....	352
3.4.4	Possibilidade de suprimento judicial do consentimento.....	353
3.4.5	A anulabilidade do ato praticado sem autorização do cônjuge e a impossibilidade de abuso do direito (a incidência do <i>venire contra factum proprium</i> – proibição de comportamento contraditório).....	354
3.4.6	Impossibilidade de gestão patrimonial por um dos consortes.....	358
4.	O pacto antenupcial.....	358

4.1	Noções conceituais, natureza jurídica e conteúdo	358
4.2	Formalidades essenciais e o registro em cartório de imóveis	363
4.3	Pacto antenupcial celebrado por nubentes menores de idade	364
4.4	Permissivo de dispensa de outorga do cônjuge no regime de participação final nos aquestos	365
4.5	Possibilidade de cláusula de acordo de procedimento (negócio jurídico processual atípico) no pacto antenupcial	366
5.	Os diferentes regimes de bens	367
5.1	Generalidades	367
5.2	O regime de comunhão parcial de bens	368
5.3	O regime de comunhão universal de bens	380
5.4	O regime de separação convencional ou absoluta de bens	384
5.5	O regime de participação final nos aquestos	390
Capítulo IV ► A Dissolução do Casamento (O Divórcio)		395
1.	Uma compreensão constitucional da dissolução do casamento: o direito de não permanecer casado	396
2.	A dissolução do casamento	400
2.1	Esforço histórico evolutivo da dissolução do casamento	400
2.2	Os antecedentes da Emenda Constitucional nº 66/10	401
2.3	O sistema de dissolução do casamento: unitário ou dualista?	403
2.4	Questões intertemporais relativas à eliminação da separação do sistema jurídico brasileiro	406
2.5	A separação de corpos como medida jurídica possível e a possibilidade de mandado de distanciamento	407
2.6	A importância da separação de fato como um instrumento idôneo para cessar efeitos jurídicos do casamento (teoria da primazia da realidade afetiva)	411
2.7	A dissolução do casamento pela morte	414
2.8	A morte presumida como causa dissolutória do casamento	416
3.	O divórcio	418
3.1	O divórcio em perspectiva histórica e em leitura civil-constitucional	418
3.2	Noções conceituais	421
3.3	Requisito constitucional único para o divórcio	423
3.4	Objeto cognitivo da ação de divórcio e a possibilidade de resolução parcial do mérito da causa (art. 356 do Código de Processo Civil de 2015)	424
3.5	Superação do regime diferenciado do divórcio	427
3.6	O divórcio litigioso e o divórcio consensual	428
3.7	O divórcio consensual	428
3.7.1	Generalidades	428
3.7.2	O divórcio consensual em juízo	429
3.7.3	O divórcio consensual por escritura pública (o divórcio administrativo)	434
3.8	O divórcio litigioso	438
4.	Características (materiais e processuais) do divórcio (aplicáveis também à separação)	441
5.	Situações patrimoniais controvertidas no divórcio	455
5.1	A possibilidade de desconsideração da personalidade jurídica no divórcio e o procedimento especial estabelecido pelo Código de Processo Civil de 2015	455
5.2	Outras controvérsias patrimoniais relevantes	461

Capítulo V ► A União Estável (A Família Convivencial)	469
1. Uma mirada civil-constitucional sobre a união estável.....	470
2. Escorço histórico: a união estável na lente da jurisprudência brasileira	475
3. A união estável, o concubinato e a sociedade de fato: distinções necessárias	481
3.1 A união livre e a sociedade de fato	481
3.2 O concubinato, o seu tratamento jurídico e as vedações do sistema legal: inadmissibilidade de simultaneidade de núcleos familiares pelo sistema jurídico.....	482
3.3 A união estável	487
3.4 O poliamorismo e a possibilidade de caracterização de uma união estável putativa.....	489
4. Elementos caracterizadores da união estável	491
4.1 Noções gerais.....	491
4.2 <i>O intuitu familiae</i> (ânimo de constituir uma família)	492
4.3 A questão da dualidade de sexos e as uniões de pessoas do mesmo sexo (as uniões homoafetivas)	495
4.4 A estabilidade	497
4.5 A continuidade	498
4.6 A publicidade	499
4.7 A ausência de impedimentos matrimoniais e não incidência das causas suspensivas	500
4.8 A união estável putativa e a possibilidade excepcional de simultaneidade de núcleos familiares.....	501
5. Efeitos pessoais da união estável.....	505
5.1 As relações pessoais entre os companheiros.....	505
5.2 Os deveres recíprocos entre os companheiros e a dispensa da coabitação	507
5.3 Direito ao uso do sobrenome do companheiro	510
5.4 Estabelecimento de vínculo de parentesco por afinidade.....	511
5.5 Adoção por companheiros em união estável.....	511
5.6 Exercício da curatela pelo companheiro na ação de interdição e na ação declaratória de ausência.....	513
5.7 Sub-rogação e retomada na locação de imóvel urbano	513
5.8 A questão da indenização por descumprimento dos deveres pessoais entre os companheiros (a responsabilidade civil na união estável).....	515
5.9 Enquadramento como herdeiro necessário	516
5.10 Impedimento para testemunhar	517
6. Efeitos patrimoniais.....	517
6.1 As consequências econômicas da união estável.....	517
6.2 O regime de bens e o direito à meação	518
6.3 O contrato de convivência na união estável e seus efeitos	526
6.3.1 Contornos gerais do contrato de convivência	526
6.3.2 A celebração do contrato de convivência e a sua modificabilidade.....	527
6.3.3 Eficácia do pacto convivencial	528
6.3.4 Conteúdo.....	529
6.3.5 O contrato de namoro e os seus efeitos sobre a união estável.....	531
6.3.6 O contrato de convivência e os companheiros sócios.....	532
6.4 Alimentos na união estável.....	533
6.5 A sucessão entre os companheiros	535

6.6	O direito real de habitação	537
6.7	Direito aos benefícios previdenciários	539
6.8	Direito à inventariança.....	539
6.9	Efeitos tributários.....	540
6.10	Impenhorabilidade do bem de família	540
7.	Conversão da união estável em casamento	541
8.	Aspectos processuais da união estável	543
8.1	A competência da vara de família para processar e julgar ações atinentes à união estável.....	543
8.2	Segredo de justiça, revelia e inexistência de foro privilegiado em favor da companheira pela simples condição de mulher	544
8.3	Intervenção do Ministério Público	547
9.	Ações típicas da união estável.....	547
9.1	Generalidades	547
9.2	Reconhecimento e dissolução de união estável	548
9.3	Ação de petição de herança.....	549
9.4	Ações possessórias.....	549
9.5	Alimentos.....	550
9.6	Embargos de terceiros	551
10.	União estável, direito intertemporal e a aquisição de bens em diferentes momentos.....	551

Capítulo VI ► A parentalidade..... 555

1.	O parentesco na perspectiva civil-constitucional.....	555
2.	As estruturas elementares da parentalidade	559
2.1	Prolegômenos.....	559
2.2	Noções conceituais sobre a parentalidade.....	561
2.3	O vínculo parental: linhas e graus.....	563
2.4	Efeitos jurídicos decorrentes da parentalidade.....	566
3.	As espécies de parentalidade.....	568
3.1	Espécies de parentalidade	568
3.2	O parentesco por afinidade.....	571
3.3	O parentesco e a obrigação alimentar	576

Capítulo VII ► A Filiação e o Reconhecimento de Filhos 581

1.	A filiação à luz de uma interpretação conforme a Constituição	582
2.	Noções elementares sobre a filiação	585
2.1	Noções conceituais sobre a filiação.....	585
2.2	Breve referência histórica sobre a filiação: um histórico de desigualdades	588
2.3	A prova da filiação e a admissibilidade da posse do estado de filho.....	590
2.4	A filiação decorrente de gestação em útero alheio (“barriga de aluguel” ou gestação por substituição)	595
2.5	A questão da responsabilidade civil na filiação.....	599
2.6	O parto anônimo (roda dos enjeitados) e a questão filiatória.....	606
2.7	A filiação e o planejamento familiar garantido constitucionalmente e o direito ao bebê salvador/medicamento	612

3. Critérios determinantes da filiação	615
3.1 Generalidades	615
3.2 Critério da presunção legal (a presunção <i>pater is est</i>)	616
3.2.1 O significado e o alcance da presunção <i>pater is est</i>	616
3.2.2 A efetiva incidência da presunção de paternidade na união estável como mecanismo de garantia da igualdade entre os filhos.....	618
3.2.3 Aplicação da presunção <i>pater is est</i> na procriação natural (mecanismo sexual)	621
3.2.4 Aplicação da presunção <i>pater is est</i> na procriação assistida	623
3.2.5 A possibilidade de negar a filiação presumida por lei (ação negatória de paternidade ou maternidade)	633
3.3 Critério biológico (exame DNA)	637
3.4 Critério afetivo (a filiação socioafetiva)	640
3.5 A multiparentalidade ou pluriparentalidade (teoria tridimensional aplicada à filiação)	647
3.6 A coparentalidade e os seus efeitos jurídicos.....	652
4. O reconhecimento de filhos	654
4.1 Breve esboço histórico sobre o reconhecimento de um filho	654
4.2 Noções gerais sobre o reconhecimento de filhos.....	655
4.3 O reconhecimento voluntário de filhos	656
4.4 O procedimento (administrativo) de averiguação oficiosa	664
4.5 O reconhecimento forçado de filhos (a ação de investigação de parentalidade).....	666
4.5.1 Noções gerais	666
4.5.2 A investigação de parentalidade (e não somente de paternidade).....	667
4.5.3 A investigação de parentalidade e a investigação de origem genética (investigação de origem ancestral): distinções relevantes	667
4.5.4 Possibilidade de uso das ações relativas ao estado filiatório pelos filhos e pelos pais.....	671
4.5.5 Impossibilidade de limitação das hipóteses de admissibilidade (fundamentos da ação) e o cabimento da investigação de parentalidade socioafetiva	673
4.5.6 Natureza jurídica das ações filiatórias	675
4.5.7 Imprescritibilidade	675
4.5.8 Possibilidade de cumulação com outros pedidos	676
4.5.9 Legitimidade ativa.....	677
4.5.10 Legitimidade passiva.....	684
4.5.11 Litisconsórcio.....	686
4.5.12 Intervenção do Ministério Público como fiscal da ordem jurídica (<i>custos juris</i>).....	687
4.5.13 Competência	688
4.5.14 A resposta do réu e a <i>exceptio plurium concubentium</i>	689
4.5.15 A revelia nas ações investigatórias e os seus efeitos	690
4.5.16 A prova nas ações investigatórias de parentalidade	691
4.5.17 A sentença nas ações filiatórias, a fixação de alimentos e o registro do sobrenome de família	700
4.5.18 Recursos e os seus efeitos.....	702
4.5.19 A desistência nas ações investigatórias de parentalidade	705
4.5.20 A coisa julgada nas ações filiatórias	706

Capítulo VIII ► A Guarda de Filhos	709
1. A guarda de filhos em visão conforme a Constituição	710
2. O regime dualista da guarda no sistema jurídico brasileiro.....	711
3. A guarda de filhos e o melhor interesse da criança ou adolescente.....	715
4. A guarda de filhos no Código Civil: unilateral e compartilhada.....	717
5. A guarda compartilhada	723
5.1 Noções gerais sobre a guarda compartilhada.....	723
5.2 Critérios para o compartilhamento da guarda.....	725
5.3 Guarda compartilhada coativa?	727
5.4 Separando o joio do trigo: distinções relevantes entre a guarda compartilhada e a guarda alternada e suas possibilidades.....	729
5.5 A possibilidade de compartilhamento da guarda nas demandas litigiosas: da normatividade expressa para além do texto codificado.....	731
5.6 Guarda compartilhada com pais residindo em locais diferentes.....	735
5.7 Guarda compartilhada, pluriparentalidade e fixação entre diferentes parentes.....	736
5.8 Guarda compartilhada como medida de prevenção à alienação parental.....	738
5.9 Guarda compartilhada e risco de violência doméstica ou familiar	738
6. A guarda e a possibilidade de mudança de domicílio do guardião.....	740
7. O apadrinhamento de criança e adolescente como mecanismo de inclusão social, prioridade absoluta e proteção integral e a sua distinção com a guarda	742
 Capítulo IX ► Os Alimentos.....	 747
1. Os alimentos na visão civil-constitucional	748
1.1 Os alimentos na perspectiva do direito civil-constitucional: instrumento de afirmação da dignidade da pessoa humana	748
1.2 Os alimentos como expressão do princípio constitucional da solidariedade e do direito social à alimentação	749
2. Noções gerais sobre os alimentos.....	752
2.1 Noções conceituais e natureza jurídica.....	752
2.2 Características	754
2.2.1 Generalidades	754
2.2.2 Caráter personalíssimo	755
2.2.3 Irrenunciabilidade	755
2.2.4 Atualidade	758
2.2.5 Futuridade	759
2.2.6 Imprescritibilidade	759
2.2.7 (In)Transmissibilidade	760
2.2.8 A não solidariedade da obrigação alimentícia e a possibilidade de convocação dos demais coobrigados (CC, art. 1.698).....	764
2.2.9 Irrepetibilidade e o descabimento da suspensão automática do pensionamento.....	771
2.2.10 Incompensabilidade	773
2.2.11 Impenhorabilidade	774
2.3 Dever e obrigação alimentar: um bosquejo distintivo	776
2.4 Sujeito ativo e sujeito passivo dos alimentos.....	777
2.4.1 Noções gerais sobre os sujeitos da obrigação alimentar.....	777

2.4.2	Alimentos entre cônjuges	777
2.4.3	Alimentos decorrentes do parentesco	788
2.5	Fixação do <i>quantum</i> alimentício (o trinômio necessidade de quem recebe × capacidade contributiva de quem paga × proporcionalidade)	811
2.6	A indignidade do alimentando (credor) e os seus possíveis efeitos jurídicos	813
3.	Espécies de alimentos (classificação dos alimentos)	815
3.1	Generalidades	815
3.2	Quanto à origem: legítimos, voluntários e ressarcitórios	815
3.3	Quanto à natureza: civis e naturais (para a subsistência)	817
3.4	Quanto ao momento procedimental para a sua concessão: provisórios e definitivos	818
3.5	Alimentos transitórios	820
4.	Aspectos processuais dos alimentos	822
4.1	Noções gerais sobre as características procedimentais dos alimentos	822
4.2	Competência para processar e julgar a ação de alimentos	822
4.3	A legitimidade para as ações relacionadas aos alimentos, inclusive do Ministério Público	824
4.4	O procedimento na ação de alimentos	826
4.4.1	Petição inicial	826
4.4.2	Despacho liminar e os alimentos provisórios	827
4.4.3	A citação do réu e os seus efeitos	828
4.4.4	Audiência única de conciliação, instrução e julgamento	828
4.4.5	Intervenção do Ministério Público como <i>custos juris</i> (fiscal da ordem jurídica)	830
4.4.6	A sentença e o cálculo do valor da pensão alimentícia	832
4.4.7	A possibilidade de fixação de alimentos com base na teoria da aparência (sinais externos de riqueza)	836
4.4.8	Recurso cabível	837
4.4.9	A coisa julgada na ação de alimentos	838
4.5	A possibilidade de revisão dos alimentos e o âmbito de cabimento da ação revisional	839
4.6	A ação de oferta de alimentos	841
4.7	A ação de exoneração de alimentos e as suas peculiaridades procedimentais	843
4.8	Os alimentos internacionais	846
4.9	A aplicação da teoria da desconsideração da personalidade jurídica (<i>disregard doctrine</i>) no âmbito alimentício e o procedimento especial previsto no Código de Processo Civil de 2015	847
5.	A execução dos alimentos	853
5.1	A efetivação dos alimentos e as idiosincrasias da sua execução: medidas disponibilizadas para a efetivação da obrigação alimentar	853
5.2	Execução de alimentos decorrentes de título extrajudicial e as múltiplas técnicas disponibilizadas ao credor	856
5.3	Execução de alimentos decorrentes de título judicial (cumprimento de decisão judicial que arbitrou alimentos): a variabilidade e a cumulabilidade de técnicas executivas	859
5.4	A prisão civil do devedor de alimentos	865
5.5	A questão da execução dos alimentos pretéritos na visão clássica jurisprudencial e doutrinária e à luz da técnica de ponderação de interesses constitucionais	868
6.	A prestação de contas em alimentos	870
7.	A ação de reembolso e o seu amplo espectro de cabimento	874

8. A impossibilidade de alegação da teoria do adimplemento substancial (*substancial performance*) nas obrigações alimentícias 877
9. O abuso do direito e os alimentos e a possibilidade de aplicação das figuras do *venire contra factum proprium* e *supressio/surrectio* 878

Capítulo X ► O Bem de Família..... 883

1. O bem de família como consequência da teoria do patrimônio mínimo da pessoa humana (direito constitucional ao mínimo existencial) 884
2. O bem de família no direito brasileiro 888
- 2.1 A dualidade de regimes 888
- 2.2 O valor da família e a proteção do imóvel do devedor sozinho 889
- 2.3 Natureza jurídica do bem de família 891
3. O bem de família convencional 891
- 3.1 Noções conceituais 891
- 3.2 Extensão da proteção 892
- 3.3 Exceções à regra da impenhorabilidade do bem de família voluntário 894
- 3.4 Legitimação para a instituição do bem de família convencional 894
- 3.5 Duração 895
- 3.6 A questão da solvência do instituidor 895
- 3.7 O Ministério Público e o bem de família 896
4. O bem de família legal 896
- 4.1 Noções conceituais e a proteção do imóvel de menor valor se o devedor titularizar mais de um bem residencial 896
- 4.2 Alargamento do objeto 898
- 4.3 Constitucionalidade do regime legal do bem de família 902
- 4.4 Característica do bem de família legal 903
- 4.5 A extensão da impenhorabilidade somente aos bens de valor médio necessários a uma vida digna. A (im)possibilidade de penhora do imóvel único de elevado valor 903
- 4.6 Exceções à regra da impenhorabilidade do bem de família legal 909
- 4.7 Retroatividade 917
- 4.8 Ampla compreensão do núcleo familiar e a (des)necessidade de fixação de residência efetiva 917
- 4.9 Alegação no processo e oferta voluntária de bem de família à penhora pelo devedor 919
5. Redefinindo o bem de família legal: o bem da pessoa humana como expressão de seu patrimônio mínimo, inclusive o bem de família da pessoa humana sozinha 921

Capítulo XI ► A Tutela e a Curatela dos Interditos (Institutos Protetivos Complementares da Família)..... 925

1. Institutos protetivos da família na ótica civil-constitucional 926
2. A tutela 927
- 2.1 A tutela como instrumento de concretização da proteção integral constitucionalmente dedicada à criança e ao adolescente (e estendida ao jovem, pela Emenda Constitucional nº 65/10) 927
- 2.2 Noções conceituais sobre a tutela à luz dos valores constitucionais infantojuvenis 929

2.3	Modalidades de tutela.....	931
2.4	Manifestação de vontade do tutelado.....	935
2.5	Incapacidade para a tutela.....	935
2.6	Escusa dos tutores.....	937
2.7	Garantia da tutela.....	939
2.8	O protutor.....	941
2.9	Ação de nomeação de tutor.....	942
2.10	Exercício da tutela.....	946
2.10.1	Generalidades.....	946
2.10.2	O exercício da tutela em relação à pessoa do tutelado.....	947
2.10.3	O exercício da tutela em relação ao patrimônio do tutelado.....	948
2.11	Responsabilidade judicial na tutela.....	950
2.12	Responsabilidade do tutor pelo dano causado pelo tutelado (responsabilidade pelo fato de terceiro).....	951
2.13	Prestação de contas.....	952
2.14	Extinção da tutela.....	954
3.	A curatela.....	956
3.1	A personalidade e a capacidade jurídica.....	956
3.2	Noções gerais sobre a capacidade jurídica.....	958
3.3	A distinção entre a capacidade jurídica e a legitimação.....	959
3.4	A capacidade de direito e a capacidade de fato.....	960
3.5	A nova teoria das incapacidades à luz do Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei Brasileira de Inclusão).....	961
3.6	O tratamento jurídico dedicado à pessoa com deficiência pelo Direito Civil.....	967
3.7	Hipóteses de incapacidades (à luz da Lei Brasileira de Inclusão).....	973
3.8	As pessoas com deficiência que podem exprimir vontade e o procedimento especial de Tomada de Decisão Apoiada (TDA).....	981
3.9	A situação jurídica das pessoas com deficiência que foram interditas, sob o regime anterior, mas podem exprimir vontade (aplicação temporal da Lei Brasileira de Inclusão).....	988
3.10	Críticas (justas) à teoria das incapacidades.....	989
3.11	O reconhecimento das incapacidades e a ação de curatela.....	992
3.11.1	As incapacidades e a proteção da dignidade humana do interditando (a curatela em visão civil-constitucional).....	992
3.11.2	A extensão da curatela e os seus exclusivos limites patrimoniais e negociais (impossibilidade de curatela situações existenciais).....	995
3.11.3	A ação de curatela.....	998
3.12	A validade dos atos praticados pelo incapaz antes da decisão de curatela.....	1017
3.13	Crítica ao sistema de incapacidades do Código Civil: uma nova perspectiva.....	1018
3.14	A curatela especial do nascituro.....	1019
Capítulo XII ► A Adoção e o seu Regime Jurídico.....		1021
1.	Uma visão constitucional da adoção.....	1022
2.	Generalidades sobre a adoção.....	1024
2.1	Noções conceituais.....	1024
2.2	Dualidade de sistemas jurídicos.....	1026

2.3	A relevância do consentimento e hipóteses de dispensa	1029
2.4	O estágio de convivência	1033
2.5	Legitimidade para a adoção.....	1034
2.6	A adoção unilateral e a adoção por duas pessoas.....	1038
2.7	A adoção pelo par homoafetivo	1041
2.8	A adoção “à brasileira”	1044
2.9	(Im)Possibilidade da adoção de nascituro e de embriões	1045
2.10	A adoção póstuma.....	1046
2.11	O direito ao parto anônimo (parto em sigilo) e a sua correlação com a adoção	1050
2.12	Efeitos jurídicos da adoção	1052
2.13	A possibilidade de mudança de nome na adoção	1054
2.14	O desligamento do núcleo familiar: a irrevogabilidade e irretratabilidade da adoção e a possibilidade excepcional de derrotabilidade da regra legal.....	1055
3.	Aspectos processuais da adoção	1058
3.1	Generalidades: o procedimento judicial de adoção	1058
3.2	Competência	1060
3.3	A atuação do Ministério Público.....	1061
3.4	O cadastro, o procedimento de habilitação dos pretendentes à adoção e a excepcionalidade da adoção <i>intuitu personae</i>	1062
3.5	A sentença no procedimento de adoção	1066
3.6	O sistema recursal da ação de adoção e a possibilidade de juízo de retratação	1067
4.	A possibilidade de apadrinhamento de criança e adolescente em programa de acolhimento familiar ou institucional.....	1068
5.	A sistemática da adoção internacional.....	1071
	Bibliografia	1073